

Governo anuncia início «unilateral» da desmobilização dos militares

O Governo moçambicano anunciou que vai proceder «unilateralmente» à desmobilização de militares seus que se encontram desde Dezembro nas suas áreas de acantonamento.

A revelação foi feita depois de uma reunião da Comissão de Supervisão e Controlo pelo ministro do Trabalho, Teodato Hunguana, número dois da delegação do Governo naquela estrutura.

Segundo o representante da ONU em Moçambique, o Executivo vai proceder à desmobilização de cinco por cento dos seus efectivos que se encontram nas 12 áreas abertas a 30 de Novembro passado.

De acordo com dados do relatório da Unidade Técnica de Desmobilização da Onumuz, 10.053 soldados governamentais encontram-se registados naquelas 12 áreas, o que indica que o Executivo aponta para a desmobilização de cerca de 500 homens.

«É uma decisão muito positiva» — declarou Aldo Ajello.

«Estávamos à espera disto», sublinhou. «Tendo em consideração a quantidade de soldados que o Governo e a Renamo têm que desmobilizar era perfeitamente lógico que pudesse acontecer» — acrescentou.

O ministro moçambicano indicou que a desmobilização era imediata, estando

dependente apenas do processamento administrativo do Ministério das Finanças para os soldados poderem receber as suas indemnizações de passagem à disponibilidade.

«Não se deve manter uma situação que se prolonga desde Dezembro», disse o ministro Hunguana, acrescentando que não é por vontade do Governo que isso acontece.

«É nossa vontade acelerar o processo para libertar as tropas que estão acantonadas» — indicou Hunguana.

O descontentamento dos militares governamentais pelas condições em que se encontram suscitou já alguns incidentes, que ultimamente se estenderam também à Renamo, como aconteceu com um corte de estrada efectuado durante o penúltimo fim de semana na Província de Sofala.

O início do acantonamento estava previsto para terça-feira passada, mas as listas da Renamo não tinham aparecido, facto que deu origem a um pequeno drama no processo de paz.

A RNM, pela voz do tenente-general Mateus Ngonhamo, disse ter entregue na segunda-feira uma primeira lista na recepção da sede em Maputo da Operação das Nações Unidas em Moçambique, por o portador não ter sido autorizado a entrar.

Ajello admitiu de facto que a lista levou dois dias a aparecer, mas não deixou de indicar que ela tem apenas 42 nomes de uma única zona de acantonamento e que «a equipa técnica da ONU está a trabalhar com a Renamo» para completar, «com todos os dados».

«As outras listas estão a ser elaboradas» — acrescentou o representante das Nações Unidas.

A Renamo reagiu negativamente à iniciativa do Governo, considerando que uma desmobilização unilateral não estava prevista no Acordo Geral de Paz e contestando mesmo que fosse unilateral, porque teria a intervenção das Nações Unidas.

Esta posição foi expressa no regresso aos trabalhos da CSC do representante máximo da Renamo, Raúl Domingos, depois de ter estado afastado nos Estados Unidos há cerca de dois meses».

«É uma situação preocupante» — afirmou. «O Governo não pode caminhar neste processo unilateralmente. Existem mecanismos estabelecidos e o Executivo deve actuar dentro deles», afirmou o chefe da delegação da Renamo.

«Pode criar uma certa desconfiança — se está de facto a desmobilizar ou não», sustentou Raúl Domingos, acusando o Governo de obter ganhos políticos com a sua iniciativa.